

SOCIOLOGIA E LITERATURA

Maria Célia LEONEL¹
José Antonio SEGATTO²

RESUMO: Propomos discutir como *Os sertões* foi incorporado, pela crítica, como obra de literatura e como, posteriormente, o romance *Grande sertão: veredas* passou a ser lido como ensaio. Para tanto, examina-se, de um lado, em vários estudos, como o primeiro foi consagrado como obra compósita, pertencendo, ao mesmo tempo, ao campo da literatura, da sociologia e da ciência, o que se tornou moeda corrente e cânone quase inquestionável, sobrevivendo por mais de um século. De outro lado, investiga-se como a narrativa rosiana passou a ser vista, por uma determinada vertente da crítica, como ensaio ou estudo das relações de poder no Brasil. É essa indistinção, paradoxal, entre sociologia e literatura, ciência e ficção que nos propomos investigar e problematizar, buscando compreender tal embaralhamento de gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: *Grande sertão: veredas*. *Os sertões*. Ficção. Sociologia. Ensaio. Crítica.

Questões derivadas das peculiaridades da literatura e da sociologia histórica ou da distinção entre ficção e ciência continuam recorrentes, levando a indagações e gerando controvérsias teóricas e analíticas. Exemplo disso é o fato de o livro-ensaio de Euclides da Cunha, *Os sertões*, ser considerado pela crítica, ao longo do tempo, como obra de literatura e de, posteriormente, o romance *Grande sertão: veredas* de João Guimarães Rosa ser lido como ensaio.

Entendemos que o exame desse problema é não só relevante como oportuno. Nesse sentido, buscamos expor, na sua historicidade, como, de um lado, o primeiro foi consagrado com o *status* de obra compósita, pertencendo, ao mesmo tempo, ao campo da literatura, da sociologia histórica e da ciência – caracterização inaugurada por José Veríssimo, logo após seu lançamento, e que se tornou moeda corrente e cânone quase inquestionável, sobrevivendo por mais de um século. De outro lado,

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Literatura. Araraquara – SP – Brasil – 14800-901. mcleonel@fclar.unesp.br

² UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil – 14800-901. segatto@fclar.unesp.br

intenta-se investigar como a narrativa rosiana passou a ser vista e analisada, por uma determinada vertente da crítica – sobretudo a mais recente – como romance-ensaio, estudo ou retrato dos sertanejos despossuídos e das relações de poder no Brasil. Essa indistinção, paradoxal, entre sociologia e literatura, ciência e ficção requer análise e problematização, objetivando compreender tal embaralhamento de gêneros.

Ficcionalização de *Os sertões*

Em 2002, ano das comemorações do centenário de *Os sertões*, a tônica geral das análises da crítica foi a manutenção, praticamente intacta, do cânone consagrado há muito que tem como chave da leitura da obra de Euclides da Cunha a ideia de que se trata de um texto híbrido de literatura/ficção e ciência. Roberto Ventura (2002, p.24), por exemplo, diz que se trata de obra híbrida unindo “[...] a perspectiva científica, de base naturalista e evolucionista, à construção literária.”

Com viés um pouco diverso, mas na mesma direção, Leopoldo M. Bernucci (2002, p.12 e p.15), de modo menos categórico, afirma que, embora predomine no livro a etnografia com descrições e análises, Euclides usou “matrizes ficcionais”. A junção de fontes históricas, científicas e jornalísticas faz com que *Os sertões* seja “[...] a primeira grande obra verdadeiramente canibalesca de nossa literatura.”

Esse tipo de caracterização do livro de Euclides da Cunha foi inaugurada por José Veríssimo (1977, p.45) com a publicação de um artigo-ressenha em três de dezembro de 1902. Nele, o crítico assevera que *Os sertões* “[...] é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um etnógrafo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista [...]”.

Por meio de uma carta, Euclides responde às observações de Veríssimo, considerando que o “consórcio entre ciência e arte” é a “tendência mais elevada do pensamento” e que o trabalho literário exige o registro científico; alega, ainda, que o “escritor do futuro” deveria ser um “polígrafo” e que seria necessária a criação de uma “tecnografia”, capaz de agregar diversos saberes (CUNHA, 1966, p.620-621).

As posições de Veríssimo e também de Euclides seriam corroboradas, logo a seguir, por Araripe Júnior (1978, p.22) ao constatar que a fascinação que o livro exerce “[...] resulta de um feliz conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico [...]”.

Os exames avalizadores de *Os sertões* como obra de literatura e história ou de ciência e ficção tornar-se-iam, ao longo do século XX, paradigma manifesto das análises do livro. Sem a pretensão de enumerar todos os estudos sobre *Os sertões*,

vale a pena citar alguns a título de exemplo. Gilberto Freyre (1944, p.32) diz que “[...] é Euclides mais do que a paisagem, que transborda dos limites do livro científico [...] tornando-o um livro também de poesia [...]”

Afrânio Coutinho (1981, p.82-86), no início dos anos 50, seria mais peremptório, ao afirmar que, apesar de haver na obra uma mistura de elementos de diversos gêneros (ensaio, drama, ficção), não é uma obra de ciência – é “sobretudo uma obra de arte”, o que “sobreleva a tudo é a sua parte artística”, é “obra-prima da literatura”; enfim, “Euclides era um artista, um ficcionista, um criador de tipos, tal qual um romancista.”

O amálgama de literatura e sociologia histórica, com predominância da primeira, está presente também em Dante Moreira Leite (1969), em Nelson Werneck Sodré (1960), em Franklin de Oliveira (1959), em Olímpio de Souza Andrade (2002), em Walnice Nogueira Galvão (1976), em Nicolau Sevcenko (1985).

Valentim Faccioli (1998, p.38), por sua vez, considera *Os sertões* como um livro de “interpretação científica do processo histórico brasileiro”, segundo os parâmetros do “consórcio de ciência e arte”. Acrescenta (FACIOLI, 1998, p.57) ainda que Euclides teria atingido apenas a “virtualidade” no que se refere ao projeto de consórcio de ciência e arte. Teria havido confiança exagerada nas possibilidades de revelação do país, na linguagem de denúncia do crime que a República praticara em Canudos. Nesse “ensaio”, “sem gênero definido”, reponta uma linguagem “monumental”, “oratória” com a finalidade de “comover e persuadir”.

Otto Maria Carpeaux, em 1958, com visão um tanto diversa, afirma que o “[...] valor e o prestígio da obra de Euclides criaram, de Canudos, uma imagem que não pode ser desfeita.” Vai além, ao afirmar que “mais do que escrever história, Euclides fez história”. Aponta ainda como a imaginação entra na obra “como elemento criador” e alega que os elementos científicos nela presentes dão a impressão de uma “ciência fantástica” (CARPEAUX, 1958, p.4).

Pouco tempo antes, em 1956, n’*O Estado de São Paulo*, Antonio Candido (2002, p.174) observa que Euclides da Cunha realiza uma análise histórico-sociológica *sui generis*. O crítico afirma ainda que o autor opera com conceitos, análises e critérios “especificamente sociológicos de interpretação” e que eles “aparecem concretizados em alguns princípios diretores” (CANDIDO, 2002, p.179).

Fazendo uma análise do desenvolvimento histórico da sociologia no Brasil, Florestan Fernandes (1977, p.35) constata que *Os sertões* é o primeiro ensaio a procurar fazer uma “descrição sociográfica” e uma interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no país.

Alfredo Bosi (2002) afirma haver, na obra, dois grandes planos, um histórico e outro interpretativo. Ao histórico corresponderia a parte final do livro e, ao

interpretativo, as duas primeiras partes, ordem que se relaciona com a cultura determinista do autor. Além disso, no texto estão presentes mediações ideológicas e literárias intrinsecamente ligadas. A linguagem manipulada por Euclides da Cunha, de denúncia e de protesto, tem função de apelo. O crítico adverte ainda, coerentemente, que uma leitura atual do livro não deve insistir naquilo que é documento de seu tempo: “a linguagem rebarbativa, o ângulo faccioso da visão” (BOSI, 2002, p.220). Outros são os valores a que se deve ater a leitura moderna de *Os sertões*: a potência da representação, o empenho em não separar o fato de seu contexto, a busca de superar esquemas ideológicos e atingir “[...] uma objetividade mais alta, realizada na denúncia de um equívoco que, consumado, se fez crime.” (BOSI, 2002, p.220).

Nessa linha de interpretação que se distancia da leitura canônica que se fez – e ainda se faz – segundo a qual *Os sertões* é uma obra híbrida de sociologia e literatura ou de ciência e ficção, inaugurada por José Veríssimo, temos, mais recentemente, os estudos de Luiz Costa Lima (2006). De forma enfática, tem chamado a atenção para o fato de que os critérios utilizados por Veríssimo – e posteriormente incorporados acriticamente – remontam a concepções do século XVIII, quando não se distinguiam de maneira clara as diferenças entre sociologia e literatura e não eram reconhecidas a autonomia e a peculiaridade artística da última.

Considerar que existem elementos ficcionais ou mesmo literários em *Os sertões* não significa – para o crítico – aceitar a “interpretação homogênea” atribuída ao livro. O que há de literatura na obra é só “borda que ornamenta um argumento científico” (LIMA, 2006, p.383). A arte em *Os sertões* – e este teria sido o intento de Euclides da Cunha – é a apresentação de uma capa de verniz “[...] que daria maior visibilidade ou impacto ao exame científico do caso.” O ensaísta defende ainda a ideia de que a essência da obra é científica, porém, admite haver “[...] um tratamento literário que ajudasse a empolgar o leitor, por força de sua eloquência.” (LIMA, 2006, p.383). Sua conclusão é a de que seria inconcebível “[...] ver em *Os sertões* uma obra simultaneamente de história e literária [...]” (LIMA, 2006, p.385).

A partir das visões aqui expostas, conclui-se que a visão homogeneizadora, que considera o cânone “consórcio entre ciência e arte” relativo a *Os sertões*, há muito vem sendo rediscutida e posta em dúvida. Essa concepção é descartada por Antonio Candido já nos anos 50 do século passado e, de certa forma, também por Otto Maria Carpeaux. O mesmo se vê em Alfredo Bosi e, com ênfase, em Luiz Costa Lima.

Grande sertão: veredas – um ensaio?

Desde sua publicação em 1956, o romance *Grande sertão: veredas* de João Guimarães Rosa, despertou a atenção de inúmeros críticos, tendo acumulado uma bibliografia extensa, das mais diferentes vertentes analíticas: histórico-sociológicas, míticas, metafísicas, esotéricas, linguísticas, estilísticas, culturais, folclóricas, cartográficas.

Deve-se mencionar, entre esses estudos, duas análises pioneiras – as de Antonio Candido e Manuel Cavalcanti Proença – elaboradas logo após a publicação do romance. O primeiro, numa resenha-ensaio de 1956, já assinalava: “[...] este romance é uma das obras mais importantes da literatura brasileira [...]” e sua característica fundamental é a de transcender o regional, “[...] graças à incorporação em valores universais de humanidade e tensão criadora [...]” (CANDIDO, 2002, p.190). No ano seguinte (1957), foi editado, como é sabido, seu ensaio “O sertão e o mundo”, mais tarde republicado sob o título “O homem dos avessos”. Nele o crítico afirma que, no romance rosiano, misturam-se o “real e o fantástico” e “[...] combinam-se o **mito** e o **logos**, o mundo da fabulação lendária e o da interpretação racional.” (CANDIDO, 1978, p.139, grifo do autor).

Do mesmo modo que Antonio Candido abre caminhos para a leitura do romance rosiano, em especial na direção dos estudos sócio-históricos e políticos, Manuel Cavalcanti Proença tem sua análise retomada pela crítica. Todavia, o viés da leitura de Proença é outro.

Uma parte do texto de Manuel Cavalcanti Proença (1959), “Trilhas no Grande sertão”, já havia sido publicada em 1957. O crítico defende a idéia de que *Grande sertão: veredas* tem um plano objetivo e um subjetivo – as reflexões do protagonista –, além de um plano mítico. Proença também lança a ideia de que os jagunços são símiles dos cavaleiros da Idade Média; o protagonista é um “cangaceiro cortês” e o julgamento de Zé Bebelo relaciona-se com essa dimensão cavaleiresca da obra. Examina ainda os elementos míticos do romance, além de analisar seus aspectos formais, como os processos de constituição de palavras.

Entre os pioneiros, há um terceiro estudo sobre o romance, de menor repercussão, de Rui Facó (1958, p.185), em que o romance de Guimarães Rosa é abordado como obra “eminentemente popular”, “um retrato quase sociológico do interior do Brasil”, destacando-se, ainda, “[...] outra qualidade do romance: o lirismo vigoroso e belo de que está impregnado.” No entanto, a qualidade mais notável da obra é “o seu profundo realismo” que o coloca no “mais alto degrau” da literatura brasileira. É “o documentário de uma época”, um “[...] mundo gerado pelo

latifúndio, pela grande propriedade territorial, pelo monopólio da terra casado aos restos feudais.” (FACÓ, 1958, p.186).

A partir dos anos sessenta do século passado, a fortuna crítica da obra rosiana em geral e do romance *Grande sertão: veredas*, em particular, vem crescendo em escala notável, multiplicando-se por meio de artigos, livros, teses, dissertações, estudos e pesquisas dos mais diversos níveis e gêneros, enfoques e métodos. O aumento das investigações tem sido quantitativo e heterogêneo e uma boa amostra disso está na coletânea organizada por Eduardo Coutinho de 1983.

Das correntes analíticas da obra rosiana, duas concepções polarizam-se ao longo do tempo. Uma delas valoriza os aspectos míticos, metafísicos, esotéricos ou prende-se ao virtuosismo linguístico ou às perspectivas formalistas. Pode-se juntar a essas concepções uma vertente de certo marxismo reducionista e sectário que entende o romance como literatura alienada em relação à dimensão histórico-social do país e do ser social.

A outra corrente tem como referência o crítico pioneiro Antonio Candido, acentuando e maximizando alguns dos aspectos de seus estudos. O exemplo mais consistente dessa linha é o de Walnice Nogueira Galvão (1972, p.74), que considera o romance *Grande sertão: veredas* como um “retrato do Brasil”, um “ensaio”, “o mais completo estudo até hoje feito sobre a plebe rural brasileira”, em que o escritor “dissimula a História para melhor desvendá-la” (GALVÃO, 1972, p.63).

Nas décadas de oitenta e noventa do século XX, houve um crescimento acentuado da primeira vertente. Nas análises da crítica, especialmente no meio acadêmico, mas não só, ocorreu a valorização de temas e questões metafísicas, míticas, psicanalíticas, folclóricas, linguísticas. Como contraponto ao crescimento desse tipo de enfoque – que se tornou mesmo preponderante – críticos que têm como referencial concepções sociológicas, reagiram com análises que acentuam e, de certo modo, radicalizam a dimensão sócio-histórica do romance, procurando recuperar e destacar dimensões obscurecidas ou relegadas a um segundo plano – como, por exemplo, as relações sociais e de poder – pela crítica prevaiente.

Retomando teses elaboradas por Walnice Nogueira Galvão, Sandra Guardini T. Vasconcelos (2002, p.324) discute a questão do coronelismo e da jagunçagem e examina, “[...] a partir de uma perspectiva histórica, a inserção de *Grande sertão: veredas* numa linhagem de estudos de interpretação do Brasil que abordaram esse traço das relações sociais e de poder em nosso país.” Para essa estudiosa, o banditismo e a violência, que são inerentes ao romance e o atravessam do princípio ao fim, determinariam “em grande parte seu movimento e desfecho”, permitindo “inscrevê-lo no cruzamento entre o literário e o histórico” (VASCONCELOS, 2002, p.324). É com esse “entrecruze” que o romance “pode contribuir para iluminar”, a

partir do relato de um partícipe do “[...] mundo da jagunçagem, o modo como se estabeleceram as relações de poder vigentes no sertão brasileiro durante a República Velha, envolvendo fazendeiros, bandos de jagunços e milícias.” (VASCONCELOS, 2002, p.324).

A autora conclui afirmando o caráter e a natureza composta de *Grande sertão: veredas*:

Na sua mescla de ficção e história, o romance de Guimarães Rosa é não apenas o “mais profundo e mais completo estudo até hoje feito sobre a plebe rural brasileira”, como avalia Walnice Nogueira Galvão, mas é sobretudo um agudo ensaio sobre a liquidação do coronelismo durante a Primeira República, narrado de dentro e de baixo, da perspectiva de uma personagem que viveu todo o processo. Só por isso já mereceria figurar ao lado dos melhores ensaios de interpretação de um dos períodos mais conturbados da história do Brasil que nossa historiografia produziu. (VASCONCELOS, 2002, p.331).

Willi Bolle (2004, p.377), tendo como referencial concepções e categorias de Walter Benjamin, procura mostrar que o romance de Guimarães Rosa, além de ser uma história do indivíduo, contém ainda “uma história social do Brasil”. O escritor encena essa história do país por meio de fragmentos e de modo criptografado que caberia ao leitor “decifrar”. Afirmo (BOLLE, 2004, p. 22-23) também que o romance “se configura como uma forma de pesquisa”, o que permite lê-lo como “retrato do Brasil”. Ao compreender *Grande sertão: veredas* como representação alegórica da história brasileira, o ensaísta em pauta considera, especialmente, que a narrativa rosiana seria uma “reescrita crítica” do “livro precursor”, *Os sertões* de Euclides da Cunha. Como revisão crítica daquele modelo historiográfico (determinismo positivista), “[...] pode ser lido como um processo aberto contra o modo como o autor de *Os sertões* escreve a história.” (BOLLE, 2004, p.34-35).

Para esse crítico, o romance tem condições de comparação com outros ensaios sobre a formação do país elaborados por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Antonio Candido e Florestan Fernandes, além de Euclides da Cunha. E dizer ainda que “[...] com potencial *sui generis*, ele ocupa em relação àquelas obras canônicas uma posição complementar e concorrente.” (BOLLE, 2004, p.24).

Já para Luiz Roncari (2004, p.17), uma das fontes de Guimarães Rosa estaria “[...] apoiada não só na nossa tradição literária, mas também nos velhos e novos estudos do Brasil, efervescentes em seu tempo.” A seu ver, faltava, nos estudos críticos, o exame de uma “camada” da obra rosiana, que “[...] alegorizava a história

da vida político-institucional de nossa primeira experiência republicana e numa perspectiva que poderíamos considerar conservadora.” (RONCARI, 2004, p.18-19). Conservadora no sentido de crítica à ordem estabelecida que trouxesse de volta a autoridade que havia se perdido com a República.

Roncari relaciona o modo como os intérpretes do país apreendem nossa vida político-social com a maneira de Guimarães Rosa compor suas histórias. De acordo com o autor de *O Brasil de Rosa*, o escritor mineiro teria proximidade com as visões de Alberto Torres, Alceu Amoroso Lima e Oliveira Vianna, mas também de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Paulo Prado e outros mais. Os fatos políticos e sociais que se refletem na produção rosiana teriam sido apresentados na “perspectiva do conservadorismo crítico” por Alceu de Amoroso Lima em *Política e letras*, ensaio de 1924 (RONCARI, 2004, p.22). Como se pode observar, para Roncari, *Grande sertão: veredas* não deixa de ser ficção, mas exerce o mesmo papel de textos de historiadores e de outros que estudam a vida sócio-política do país.

Literatura e sociologia histórica

A discussão que a crítica sobre os dois autores – Euclides da Cunha e Guimarães Rosa – suscita tem a ver, principalmente, com a relação de aproximação ou separação, entre literatura e sociologia. Os estudiosos que retomaram a ideia de José Veríssimo de que *Os sertões* é uma obra híbrida são muitos e atravessaram o século XX de tal modo que essa matriz, corroborada por Euclides, tornou-se modelo de caracterização da obra. A avaliação do livro pode variar, no que diz respeito à proximidade com a literatura, considerando-se o uso de “matrizes ficcionais”, como quer Bernucci (2002); o fato de ser “obra-prima da literatura” e Euclides “um criador de tipos tal qual um romancista”, como defende Afrânio Coutinho (1981), e mesmo um poeta como diz Gilberto Freyre (1944). A classificação da obra como sendo de ficcionista também se repete nos estudos de, por exemplo, Olímpio de S. Andrade (2002) e Walnice Nogueira Galvão (1976). Mas, como dito, desde a década de 50 do século passado, Antonio Candido caracteriza a obra como um ensaio de caráter histórico-sociológico; Florestan Fernandes, por sua vez, caracteriza-a como marco inaugural da sociologia no Brasil. Com Alfredo Bosi e Luiz Costa Lima temos uma interpretação que apresenta aproximações daquela de Antonio Candido, mas que enfatiza o uso da retórica, a eloquência da obra.

O que, apesar do exposto, manteve a ideia do hibridismo, para Luiz Costa Lima, foi a manutenção, no país, da noção anacrônica de literatura. Ao discutir o uso do termo literatura, o crítico afirma ser ele heterogêneo e considera que deve ser

embasado no “conceito de modalidades discursivas” (LIMA, 2006, p.348). Desse modo, “Fora da ficcionalidade, a literatura abrange aquelas obras que, perdida sua destinação original, recebem outro abrigo, i.e, mantêm seu interesse, mudando de função.” Entre os exemplos por ele citados está *Os sertões* juntamente com *Casa-grande e senzala*³. Os dois livros mudariam de lugar, quando, extinto o “[...] propósito de interpretação sócio-histórica do país, neles sobressair a espessura de sua linguagem [...]” (LIMA, 2006, p.349-50). Essa mudança só se dá com textos que trazem “um traço de destaque” em sua linguagem, apresentando o “*correlato sensível-codificado do mundo fenomênico*” (LIMA, 2006, p.350, grifo do autor). Isso quer dizer que essas obras devem ter não simplesmente uma linguagem diferenciada, mas uma linguagem que, por si, já veicule o mundo dos fenômenos.

Pelo mesmo caminho, poderíamos perguntar por que um romance como *Grande sertão: veredas*, que tem não apenas linguagem claramente literária, mas estrutura e fundamentos também literários, passa a ser considerado como ensaio ou como estudo, ou “mescla de ficção e história”⁴. Talvez se tenha que levar em conta que

³ Tornou-se comum atribuir à obra do antropólogo pernambucano elementos e caracteres literários. Exemplo recente é o de Lilia Moritz Schwarcz (2007, p.D11): “[...] assim como a arte, a história que Gilberto Freyre conta tem muito de narrativa, estética, impressão, memória e romance. Por sinal, a técnica de romance ou do drama é amplamente desenvolvida pelo autor de *Sobrados e mucambos*.” Como essa estudiosa, Franklin de Oliveira (1983, p.28) alega que “No Brasil pós-euclydeano podemos lembrar dois exemplos civilizacionais que alcançaram a dignidade de obras de arte literária. São eles: *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, e *Os donos do poder* de Raymundo Faoro.” Há também quem, partindo da auto-definição do autor como “antropólogo alongado em poeta”, caracteriza sua obra como “híbrida”, pela “[...] incorporação explícita à produção científica de elementos relacionados ao domínio literário.” (CRESCO, 2003, p.182). Ou ainda aqueles que, de modo laudatório, definem-no como “um dos maiores artistas da língua portuguesa em todos os tempos”, “um gênio literário”, “mais que tudo um poeta”, “[...] um grande intuitivo e, no sentido literário do termo, um grande escritor [...]” (MOTTA, 2001, p.122, p.115, p.113 e p.110). O historiador José Carlos Reis (2003, p.516-517) afirma: “*Casa grande e senzala* é como um livro onírico, atravessado por associações, deslocamentos, condensações e tropos diversos, fruto de uma profunda intuição-imaginação do Brasil. Como romancista ele não se colocou fora de seu objeto de estudo, já que este objeto fazia parte de sua própria vida [...] Freyre é um poeta do Brasil.”

⁴ Esse tipo de leitura não é exclusivo da obra rosiana; tem sido utilizado também nos estudos de romances, contos e crônicas de Machado de Assis. Exemplar disso são as explicações do crítico, brasilianista inglês, John Gledson – muito influente nos meios universitários brasileiros – que, utilizando-se de procedimentos alegóricos em sua análise, afirma: a) o realismo machadiano seria “enganoso”, pois é ocultado do leitor, de forma que caberia ao crítico decifrá-lo ou decodificá-lo; b) os romances, os contos e as crônicas refletiriam o modo como Machado de Assis vê a história do Brasil no século XIX, sendo a análise (do crítico) “[...] a exposição sobre a maneira pela qual essa visão da história molda os próprios romances.” (GLEDSON, 1986, p.23); c) neles, os personagens, datas, acontecimentos, episódios, ações e movimentos representariam o regime imperial, a vida política, a economia, as classes e relações sociais etc. Uma amostragem de como a ficção machadiana é usada, como recurso instrumental, para a leitura e compreensão da história do Brasil pelo referido crítico, são algumas passagens emblemáticas: as alterações de tonalidade das barbas de um frade capuchinho – que aparece ocasionalmente no capítulo XXIII de *Esaú e Jacó* – representariam a crise, o auge e o declínio do Império, a economia cafeeira, a escravidão e o regime político (GLEDSON, 1986, p.176-181); Brás Cubas seria uma alegoria do Brasil e representação de uma classe (GLEDSON, 2007, p.88) e os contos “O espelho” e “Verba testamentária” (de *Papéis avulsos*) remeteriam à “questão da identidade nacional” (GLEDSON, 2007, p.88-89); já “[...] em *Quincas Borba* e *D. Casmurro*, Machado volta a imaginar personagens divididas que, apesar de tudo,

os leitores de *Os sertões* que o caracterizaram como literatura tomaram como ponto básico de análise a elocução, a linguagem. Por sua vez, os críticos que consideraram *Grande sertão: veredas* como ensaio levam em conta, principalmente, como critério de avaliação, a história contada, os acontecimentos nela envolvidos.

De um lado e de outro, está em discussão a compreensão do que seja a literatura que tem duas faces interligadas e inseparáveis, a forma e o conteúdo. Da maior valorização de uma ou de outra, chega-se a interpretações diferenciadas e conflitantes.

Dessa forma, o exame de como *Os sertões* foi transformado em obra literária e *Grande sertão: veredas* passou a ser lido como ensaio, suscita questões e dilemas importantes, postos e repostos ao longo do tempo e que têm relações com as peculiaridades da literatura e da história. Tais questões indicam que problemas de identidade e diferença epistemológicas e cognitivas – como representação e compreensão, distinção entre conteúdo e forma – continuam a ser recorrentes.

Se entendermos que a literatura, como atividade artística, e a sociologia, como modalidade científica, têm modos específicos de reprodução do real, faz-se necessário estabelecer as diferenças na forma de abordagem e na compreensão do ser social e do processo histórico.

Pode-se dizer que o sociólogo seleciona para análise aquilo que supõe ter acontecido ou que acredita ser o verossímil, a realidade objetiva, acessível e não simples construtos elaborados pela imaginação criativa (HOBSBAWM, 1998). O sociólogo ocupa-se com o existente, com a realidade histórica concreta que independe da consciência do sujeito, com a realidade em si. Nas análises elaboradas pela sociologia e pela história, tenta-se reproduzir a realidade abstratamente, no plano do pensamento – por meio de conceitos, categorias, alusões e comparações – tal como, de modo aproximado, ela supostamente se deu.

Na literatura, a realidade é criada ou recriada, inventada ou reinventada artisticamente por meio de figuras, metáforas, símbolos, alegorias. O escritor cria uma realidade nova a partir do mundo em que está inserido, utilizando a imaginação

representam em certa medida, a nação no seu conjunto: em ambos os romances, contudo, essa divisão dentro dos personagens – em Rubião e Bento, mais precisamente – remete em boa medida a uma divisão de classes.” (GLEDSON, 2007, p.90). Alfredo Bosi (2007, p.285) em entrevista recente afirma que o uso indiscriminado de alegorias que os intérpretes têm descoberto na obra de Machado de Assis, leva a supor o fato de imperar aí “[...] o desejo de flagrar e fechar com chave de ferro o significado de cada personagem, remetendo-o, sem mais, à alguma figura historicamente datada, como se a ficção jamais pudesse desenvolver-se senão sob as espécies de cópia ou contrafação de algum objeto empírico cabalmente identificado pelos catadores de notícia de jornal [...] uma desconfiança estéril em relação ao poder inventivo, seletivo e combinatório do narrador que, partindo dos estímulos do real, dito objetivo, pode inventar, escolher, combinar e, principalmente, *conotar* de diferentes modos as suas personagens e as situações em que elas a envolvem. Revela também um desconhecimento das dimensões existenciais que o artista dá às imagens trabalhadas pela sua narração.”

e a invenção. Ele reinventa a realidade ou inventa aquilo que poderia ter acontecido, de maneira que ela é reproduzida não como é ou foi, mas como poderia ser. Dessa forma, a obra de arte é “[...] algo criado pelo homem, que jamais pretende ser uma realidade no mesmo sentido em que é real a realidade objetiva.” (LUKÁCS, 1970, p.163). Sua representação é única e insuperável, feita por imagens sensíveis, onde o sujeito (artista) cria o objeto e representa, geralmente, destinos humanos concretos em situações particulares (LUKÁCS, 1968).

Por meio da literatura, o homem relaciona-se imaginariamente com a realidade histórica. Todavia, a literatura não é antagonista do real; ao criar um real imaginário, ela não deixa de representar um real possível. Nesse sentido, Karel Kosik (1976, p.118) afirma que a obra de arte “[...] exprime o mundo enquanto cria. Cria o mundo enquanto revela a verdade da realidade, enquanto a realidade se exprime na obra de arte. Na obra de arte a realidade fala ao homem.” Habermas (1987, p.93), por sua vez, diz que a “literatura faz proposições sobre as experiências privadas” e que sua linguagem “deve verbalizar o irrepitível”, além de reestabelecer a “intersubjetividade da compreensão”.

Desse modo, a literatura – como a sociologia – consegue desvendar e iluminar aspectos muitas vezes velados da realidade. Nesse sentido, mesmo com linguagens e formas (artística e científica) distintas, ambas têm uma função cognitiva fundamental. Isso não significa que a representação artística seja simples reprodução (ou reconfiguração) da realidade. Não se pode dizer que “[...] o romance simplesmente passa a refletir a realidade tal qual ela se apresenta de imediato ou empiricamente [...]” (LUKÁCS, 1976, p.115), pois, enquanto a sociologia e a história ocupam-se do real, a literatura liga-se ao possível. Guimarães Rosa (1969, p.3), atinado com a noção de que a literatura vai além da realidade histórica concreta ou a supera, podendo mesmo significar seu reverso, pontuou adequadamente o assunto, asseverando: “[...] a estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História.”

Ademais, a ficção evidencia determinadas perspectivas particulares, íntimas, imperceptíveis que as ciências sociais, buscando recriar a realidade histórica verdadeira, não consegue nem pode captar.

Há sutilezas e grandezas da vida social que aparecem na obra artística com uma vivacidade que as ciências sociais em geral apanham de fora ou não apanham [...] a literatura abre o horizonte da cultura, da história, numa escala que a ciência apenas esboça. Ocorre que a literatura lida principalmente com o singular, o privado, o subjetivado, o sensível. Por isso torna vivida a vida que a ciência precisa buscar. Revela dimensões invisíveis, incógnitas, recônditas. Talvez a parte submersa do *iceberg*. (IANNI, 2006, p.52).

Muitos estudiosos consideram válido observar que, se tanto as análises históricas dos cientistas sociais quanto as narrativas ficcionais dos artistas têm algo de verdadeiro e real, têm também muito de imaginação e fabulação. Desse modo,

[...] a obra de arte tem algum compromisso com a verdade, na medida em que ela inventa um mundo que possui alguma verossimilhança em si. O trabalho do cientista social tem sempre um elemento de invenção, ficção, arte. Nele há situações e climas, personagens e dilemas, trabalhos e lutas, tensão e mistério. (IANNI, 2006, p.62).

O fato de a obra de arte encenar artisticamente o real levou Friedrich Engels (apud LUKÁCS, 1968, p.42) a afirmar que aprendeu com a obra de Balzac muito mais sobre a realidade histórica da França na primeira metade do século XIX do que com os historiadores, economistas, estatísticos etc.

Esta penetração do escritor nas profundidades da motivação social e humana, esta ruptura com a motivação superficial e aparente dos eventos (peculiar tanto aos ambientes “oficiais” como às impressões imediatas das próprias massas), constituíam para Engels o necessário pressuposto de uma duradoura eficácia das obras de arte. (LUKÁCS, 1968, p.42).

No sentido inverso, ou seja, quando a obra do cientista social contém elementos ficcionais e artísticos, Antonio Gramsci (2000, p.13) chama a atenção para o fato de que a característica medular de *O Príncipe* de Maquiavel é ser “[...] um livro ‘vivo’, no qual a ideologia e a política fundem-se na forma dramática do ‘mito’ [...]” e não um “tratado sistemático”. Diferentemente das maneiras como se “configurava a ciência política” até aquela época (início do século XVI), Maquiavel

[...] deu à sua concepção a forma da fantasia e da arte, pela qual o elemento doutrinário e racional personifica-se em um *condottiero*, que representa plástica e “antropomorficamente” o símbolo da “vontade coletiva”. O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de investigações e classificações pedantes e princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, o que põe em movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões políticas [...] depois de ter representado o *condottiero* ideal, Maquiavel – num trecho de grande eficácia artística – invoca o *condottiero* real que o personifique

historicamente: esta invocação apaixonada reflete-se em todo o livro, conferindo-lhe precisamente o caráter dramático. (GRAMSCI, 2000, p.13).

Para outros pensadores, como o historiador norte-americano Hayden White (1995), há um forte componente fictício e artístico evidenciando a relação promíscua entre literatura e história nas reconstruções históricas. Há também alguns, como Habermas (1990), para quem a literatura pertence a um domínio autônomo. Lukács (1969, p.181), por sua vez, sempre alertou para as peculiaridades diferenciadoras da literatura e das ciências sociais e para as relações íntimas e inseparáveis da forma e do conteúdo – lembrou, inclusive, que, em arte, quando se tem “algo importante a dizer”, é necessário que se encontre a “forma apropriada” para fazê-lo.

No que se refere à relação entre literatura e ensaio, Adorno (2003, p.18) aponta a autonomia desses dois campos, tanto na forma quanto no conteúdo; o ensaio diferencia-se da arte “[...] tanto por seu meio específico, os conceitos, quanto por sua pretensão à verdade desprovida de aparência estética.” Leandro Konder (2005, p.44), na mesma direção, afirma que o terreno do ensaio não é “o da ficção nem o do primado da imaginação criadora”; embora assimile “[...] algo da liberdade de expressão apreendida na arte – seu programa é de natureza científica.”

Alguns dos equívocos derivados do nivelamento entre o ensaio e o gênero artístico-literário acabam, de certo modo, por reduzir a literatura a uma espécie de repetição do mundo real, o que pode ocorrer, comumente, pela tentativa, consciente ou inconsciente, de justificar uma tese, negligenciando-se a essência artística da obra.

Partindo dessas distinções entre literatura e sociologia histórica ou entre arte e ciência, entendemos ser problemática a caracterização de *Os sertões* como literatura e de *Grande sertão: veredas* como ensaio ou estudo histórico. A existência de similitudes ou elementos comuns entre a ficção e a realidade, entre a compreensão e a invenção não permite a inversão das peculiaridades das duas obras. Antonio Candido (1978, p.123), há meio século, levantou e analisou de forma adequada as diferenças fundamentais entre o livro de Euclides da Cunha e o de Guimarães Rosa:

Há em *Grande Sertão: Veredas*, como n’ *Os Sertões*, três elementos estruturais que apóiam a composição: a terra, o homem, a luta. Uma obsessiva presença física do meio; uma sociedade cuja pauta e destino dependem dele; como resultado o conflito entre os homens. Mas a analogia pára aí; não só porque a atitude euclidiana é constatar para explicar, e a de Guimarães Rosa inventar para sugerir, como por que a marcha de Euclides é lógica e sucessiva, enquanto a dele é uma trança constante dos três elementos, refugindo a qualquer naturalismo e levando, não à solução, mas à suspensão que marca a verdadeira obra de arte, e permite a sua ressonância na imaginação e na sensibilidade.

SOCIOLOGY AND LITERATURE

ABSTRACT: *The purpose is to discuss how *Os sertões* has been incorporated, by the critics, as literary work and how, after that, the novel *Grande sertão: veredas* started to be read as an essay. In order to achieve that, there is the examination, from one side, of several studies, on how the first has been consecrated as composite work belonging, at the same time, to the literature, sociology and science fields, what has come as currency and unquestionable standard, surviving for over a century. On the other hand, there is the investigation of how the narrative of Rosa started to be seen, by a determined share of the critics, as essay or study of the power relationships in Brazil. It is this non-distinction, this paradox, between sociology and literature, science and fiction, that we propose to investigate and put into matter, searching for comprehension in this gender mixture.*

KEYWORDS: *Grande sertão: veredas. Os sertões. Fiction. Sociology. Essay. Critics.*

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: _____. **Notas de literatura I**. Tradução e apresentação de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003. p.15-45. (Coleção Espírito Crítico).

ANDRADE, O. de S. **História e interpretação de Os sertões**. Introdução de Walnice Nogueira Galvão. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. (Coleção Afrânio Peixoto, 66).

ARARIPE JUNIOR. Os sertões. In: _____. **Araripe Júnior: teoria, crítica e história literária**. Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. São Paulo: EDUSP, 1978. p.219-253. (Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira. Série 2. Ensaio, crítica, história literária, v.3).

BERNUCCI, L. M. Pressupostos historiográficos para a leitura de *Os sertões*. **Revista USP**, São Paulo, n.54, p.6-15, jun./jul./ago. 2002.

BOLLE, W. **Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil**. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2004. (Espírito Crítico).

BOSI, A. Entrevista. **Metamorfoses**, Rio de Janeiro, n.8, p.281-293, 2007.

_____. Canudos não se rendeu. In: _____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p.209-220.

CANDIDO, A. Euclides da Cunha, sociólogo. In: _____. **Textos de intervenção**. Seleção, apresentações e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2002. p.174-182. (Coleção Espírito crítico).

_____. O homem dos avessos. In: _____. **Tese e antítese**: ensaios. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. p. 119-139. (Coleção ensaio, v.1).

CARPEAUX, O. M. Canudos como romance histórico. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 nov. 1958. Suplemento Literário, p.4.

COUTINHO, A. Os sertões, obra de ficção. In: _____. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1981. p.81-86. (Coleção Mestrado, v.6).

COUTINHO, E. F. **Guimarães Rosa**: coletânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983. (Coleção Fortuna crítica, v.6).

CRESPO, R. A. Gilberto Freyre e suas relações com o universo cultural hispânico. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos**. Bauru: EDUSC; São Paulo: Ed. da UNESP, 2003. p.181-204. (Coleção ciências sociais).

CUNHA, E. da. Carta a José Veríssimo. In: _____. **Obra completa**. Edição organizada sob a direção de Afrânio Coutinho, ensaios e estudos críticos, literários e biográficos de Olímpio de Sousa Andrade et al. e bibliografia de Paulo Roberto Dias Pereira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1966. v.2, p.620-621. (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira).

FACIOLI, V. Euclides da Cunha: consórcio de ciência e arte (Canudos: o sertão em delírio). In: BRAIT, B. (Org.). **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte e Ciência, 1998. p.35-59. (Universidade aberta).

FACÓ, R. O romance do Sr. Guimarães Rosa e o problema da terra no Brasil. **Estudos sociais**, Rio de Janeiro, n.2, p.185-189, jul./ago. 1958.

FERNANDES, F. Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil. In: _____. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977. p.25-49. (Sociologia brasileira, v.7).

FREYRE, G. **Perfil de Euclides e outros perfis**: com desenho de Candido Portinari e Thomaz Santa Rosa. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944. (Coleção documentos brasileiros).

GALVÃO, W. N. De sertões e jagunços. In: _____. **Saco de gatos: ensaios críticos**. São Paulo: Duas Cidades: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. p.65-85.

_____. **As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Coleção debates. Crítica, v.51).

GLEDSON, J. A história do Brasil em Papéis avulsos de Machado de Assis. In: _____. **Por um novo Machado de Assis: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.71-90.

_____. **Machado de Assis: ficção e história**. Tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Literatura e teoria literária, v.56).

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.

HABERMAS, J. **Discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Ana Maria Bernardo et al. e revisão científica de Antônio Marques. Lisboa: Dom Quixote, 1990. (Nova enciclopédia, 1).

_____. Progresso técnico e mundo social da vida. In: _____. **Técnicas e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Ed. 70, 1987. p.93-106. (Biblioteca de filosofia contemporânea, 3).

HOBBSAWM, E. J. G. **Sobre história: ensaios**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, O. Octavio Ianni [Entrevista]. In: BASTOS, E. R. et al. (Org.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p.49-69.

KONDER, L. **As artes da palavra: elementos para uma poética marxista**. São Paulo: Boitempo, 2005. (Marxismo e literatura).

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 2.ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1969. (Biblioteca pioneira de ciências sociais: Psicologia).

LIMA, L. C. Os sertões: história e romance. In: _____. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.373-386.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2.ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio e revisão de Célia Neves. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Rumos da cultura moderna, v.26).

LUKÁCS, G. **La novela histórica**. Tradução de Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1976.

_____. **Introdução a uma estética marxista:** sobre a particularidade como categoria da estética. 2.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Conversando com Lukács** (entrevista). In: ABENDROTH, W.; HOLZ, H. H. e KOFLER, L. (Org.). Tradução de Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. **Marxismo e teoria da literatura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MOTTA, R. Gilberto Freyre: Sobrados e mocambos. In: SOBRINHO, P. V. C.; PATRIOTA NETO, N. F. (Org.). **Vozes do nordeste.** Natal: EDUFRN, 2001. p.107-123.

OLIVEIRA, F. de. **Euclides:** a espada e a letra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Euclides da Cunha. In: COUTINHO, A. (Org.). **A literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: São José, 1959. v.3, tomo 1, p.291-307.

PROENÇA, M. C. Trilhas no Grande sertão. In: _____. **Augusto dos Anjos e outros ensaios.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. p.153-241.

REIS, J. C. Gilberto Freyre, poeta do Brasil. In: LOPES, M. A. (Org.). **Os grandes nomes da história intelectual.** São Paulo: Contexto, 2003. p.516-520.

RONCARI, L. **O Brasil de Rosa:** mito e história no universo rosiano: o amor e o poder. São Paulo: Ed. da UNESP: FAPESP, 2004.

ROSA, J. G. Aletria e hermenêutica. In: _____. **Tutaméia:** terceiras estórias. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969. p.3-12.

SCHWARCZ, L. M. Sobrados e mucambos, obra para ser lida comendo pipocas. **O Estado de S. Paulo,** São Paulo, 25 fev. 2007. Cultura, p.D11.

SEVCENKO, N. Euclides da Cunha e o círculo dos sábios. In: _____. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.130-160.

SODRÉ, N. W. **História da literatura brasileira:** seus fundamentos econômicos. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1960.

VASCONCELOS, S. G. T. Homens provisórios, coronelismo e jagunçagem em Grande sertão: veredas. **Scripta,** Belo Horizonte, v.5, n.10, p.321-333, 2002. Edição especial “Seminário Internacional Guimarães Rosa – Rotas e roteiros”.

VENTURA, R. Euclides da Cunha e Os sertões. **D. O. Leitura**, São Paulo, ano 20, n.9, p.18-26, set. 2002.

VERÍSSIMO, J. Campanha de Canudos. In: _____. **Estudos de literatura brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1977. p.45-53.

WHITE, H. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995.

Recebido em março de 2009

Aprovado em abril de 2009